

A INVESTIGAÇÃO SÓCIO-COGNITIVA DA MODALIDADE

Lilian Vieira Ferrari¹

1. Introdução

A categoria lingüística da modalidade tem merecido considerável atenção na literatura, tanto em trabalhos que enfocam línguas específicas (Palmer, 1979) quanto em pesquisas que envolvem a comparação entre duas ou mais línguas (Davidsen-Nielsen, 1986).

O presente trabalho pretende rever o conceito de modalidade, à luz de estudos recentes em Lingüística Cognitiva desenvolvidos por pesquisadores de diversas universidades da Califórnia (Talmy, Sweetser, Fauconnier, Langacker, entre outros) e em Lingüística Sócio-Cognitiva por pesquisadores brasileiros vinculados ao Grupo Gramática, Interação e Cognição (Salomão, Almeida, Chiavegatto, Miranda e Ferrari).

O trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 2, estabelece-se uma revisão da literatura, discutindo-se as diferentes propostas de conceituação semântica da modalidade; na seção 3, apresenta-se a hipótese sócio-cognitiva para a definição do conceito; na seção 4, propõe-se uma lista de modalizadores lingüísticos em Português, enfocando-se as construções condicionais.

2. Conceituação Semântica

Em termos de descrição semântica, uma investigação preliminar dos estudos que tratam da modalidade é suficiente para demonstrar que o conceito mostra-se particularmente resistente a uma definição homogênea. De um modo geral, os estudiosos tendem a propor relações entre modalidade e vários outros fenômenos, tais como *não-proposicionalidade* (Jespersen, 1924, Rescher, 1968, Lyons, 1977), *subjetividade* (Lyons, 1977), *não-factuality* (Lyons, 1977, Lavandera, 1983).

O problema dessas propostas é que delimitam áreas excessivamente amplas ou demasiadamente restritas, levando-nos a conclusões vagas a respeito dos fenômenos lingüísticos que podem ser considerados como expressões de modalidade.

A noção de não-proposicionalidade indica uma qualificação a mais, associada àquilo que se considera o “conteúdo proposicional da sentença” (que pode ser verdadeiro ou falso). Os exemplos, em geral, são do tipo “X acredita que p”, “X espera p”, etc, sugerindo que qualquer tipo de subordinação que envolva um complemento oracional pode ser visto como um caso de modalidade. Obviamente, essa definição incluiria casos que fogem em muito ao que é exemplificado normalmente como modalidade na literatura (por exemplo, casos como “João adorou ter vindo”, teriam que ser incluídos, embora não sejam normalmente considerados expressões de modalidade).

Se pensarmos em *atitude subjetiva do falante*, teremos que considerar, por exemplo, que todos os adjetivos são modais, na medida em que podem expressar algum tipo de atitude subjetiva do falante em relação ao elemento qualificado. Além disso, deve-se levar em conta a existência de verbos modais habilitativos (tais como CAN, em inglês, em “I can swim”), que expressam uma capacidade, e não uma atitude subjetiva.

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Letras – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

A noção de *não-factualidade* parece ser adequada para se lidar com casos do tipo “*Ele pode ter ido a Paris*”, “*Talvez ele tenha ido a Paris*”, não se compromete com a verdade do que é afirmado. Entretanto, essa noção também se mostra excessivamente restritiva para lidar com o fenômeno, na medida em que sugere que declarações factuais não envolvem expressão de modalidade. Como contraponto a essa sugestão, basta lembrarmos que a Teoria dos Atos de Fala deixa claro que sentenças assertivas não apenas possuem conteúdo proposicional, como também força ilocucionária (Austin 1962). Portanto, é possível argumentar que tais sentenças são de algum modo subjetivas, representando o ponto de vista do falante. Além disso, há algumas línguas em que é impossível emitir uma sentença declarativa não-marcada quanto à modalidade, já que as sentenças declarativas pertencem formalmente a um sistema modal (Palmer, 1986).

As propostas mais promissoras parecem ser as que associam modalidade às dicotomias habilidade/possibilidade, permissão/probabilidade, obrigação/necessidade (Lyons, 1977, Steele et al., 1981). Em termos cognitivos, tais dicotomias podem ser tratadas a partir de um critério semântico básico, que é a DINÂMICA DE FORÇAS, como argumenta Talmy (1981, 1987). A idéia fundamental é que a modalidade deve ser entendida em termos de forças e barreiras intencionalmente aplicadas (no mundo físico ou epistêmico): a *permissão* representa a retirada de uma barreira potencialmente presente (ex. *poder, deixar*, etc), enquanto a obrigação relaciona-se à imposição de uma força que dirige o sujeito à uma determinada ação (ex. *dever, ter que*, etc).

Adotando o critério de DINÂMICA DE FORÇAS para o tratamento da modalidade, Sweetser (1990) amplia a proposta de Talmy, argumentando que verbos modais não têm sentidos independentes, mas mostram a extensão do sentido deôntico básico para o sentido epistêmico. Portanto, a seguinte correspondência é definida:

SENTIDO FÍSICO	SENTIDO EPISTÊMICO
OBRIGAÇÃO	NECESSIDADE
PERMISSÃO	PROBABILIDADE
HABILIDADE	POSSIBILIDADE

O argumento principal de Sweetser é, portanto, que os processos de raciocínio dos seres humanos estão sujeitos a obrigações, permissões e habilidades, tanto quanto suas ações no mundo físico estão sujeitas a modalidades do mesmo tipo.

3. Modalidade, Interação e Cognição

Embora as abordagens de Talmy e Sweetser possam ser consideradas um marco significativo no tratamento cognitivo da modalidade, a proposta sócio-cognitivista (Salomão 1997) representa uma mudança de perspectiva no que se refere ao ponto de referência para o estabelecimento de processos figurativos. Considera-se que o domínio interacional é o locus relevante para a transferência cognitiva, de modo que a imposição de força/remoção de barreiras na interação social é tomada como base para o estabelecimento da modalidade enquanto tal. Dentro dessa perspectiva, os domínios *deôntico e epistêmico* da modalidade, vistos como projeções de causas intencionais do domínio físico para domínios mentais mais abstratos, resultariam de uma mesma base semântico-pragmática, com motivação sócio-cognitiva unificada.

Tanto a modalidade deôntica quanto a modalidade epistêmica estariam relacionadas à *imposição de força e/ou suspensão de barreira* no domínio interacional. Dentro de *molduras*

comunicativas específicas (Goffman, 1986), verifica-se a imposição de força/suspensão de barreiras de um sujeito(causa) sobre o interlocutor, de modo a levá-lo a / impedi-lo de realizar determinada ação (modalidade deôntica) ou adotar determinada linha de raciocínio (modalidade epistêmica).

4. A Expressão Lingüística da Modalidade

Os estudos sobre modalidade têm destacado os seguintes modalizadores lingüísticos em português: (1) recursos prosódicos; (2) tempo e modo verbais; (3) verbos modais; (4) averbos de proposição em determinados contextos (ex. *achar, crer, acreditar*); (5) hedges (anguladores) que incluem, pelo menos, os seguintes elementos: (a) *adjetivos* em posição de modificadores nominais ou em posição predicativa, como *é possível; é claro*; (b) *advérbios* tais como *possivelmente, exatamente*; (c) *sintagmas preposicionais* tais como *na realidade, por certo*; (d) *construções sintáticas*, como orações subordinadas adverbiais finitas e não- finitas, tais como *estritamente falando, se você pensar bem*, etc.

Com base em resultados iniciais do Projeto de Pesquisa “Postura Epistêmica, Ponto de Vista e Mesclagem em Construções Condicionais”, apresentarei a seguir uma análise das construções condicionais em Português, argumentando que tais construções funcionam como operadores de modalidade.

4.1. Construções condicionais

As construções condicionais constituem um tipo de angulador discursivo, que opera sobre o discurso subsequente, estabelecendo suas condições de validação (Ferrari, 1999). Tomando-se como caso emblemático da expressão de condicionalidade em Português as construções gramaticais encabeçadas pela conjunção “se”, pode-se estabelecer a seguinte generalização: *As construções condicionais atuam como operadores de modalidade, na medida em que constituem imposição de força e/ou remoção de barreiras no domínio discursivo-interacional.*

A título de ilustração, consideremos a propaganda de um determinado seguro-saúde, publicada na Revista Isto é (6/10/99):

Quantas vezes você já teve que tirar férias forçadas por causa de uma doença ou acidente? E o pior: não remuneradas. Para resolver este problema existe o M.C. ²

(1) *Um seguro que garante seu rendimento se alguma coisa inesperada acontecer e você não puder trabalhar.* Pare de se preocupar. (2) De agora em diante *se você adoecer ou se acidentar, com o M.C. seu rendimento fica firme e forte.* (3) *Se você não tem o M.C.*

É melhor torcer

Para não ficar doente

Na análise das construções condicionais que ocorrem no texto acima, alguns aspectos devem ser ressaltados:

1. As construções (1) e (2) são preditivas: estabelecem uma relação de causa e efeito entre os eventos descritos na prótase e na apódose. Em ambos os casos, observa-se a seleção do futuro do subjuntivo na prótase, embora aparentemente outras seleções modotemporais fossem possíveis.³

² Transcrevi apenas iniciais fictícias do plano de saúde, já que o objetivo do exemplo é a análise lingüística e não a propaganda propriamente dita.

³ Algumas ocorrências a princípio possíveis:

Um seguro que garante seu rendimento se alguma coisa inesperada acontece e você não pode trabalhar

2. A construção (3) é uma condicional pragmática, nos termos de Sweetser (1990), já que se estabelece condicionalmente um ato de fala (no caso, trata-se de um conselho). Em termos de seleção modo-temporal, tem-se o presente do indicativo na prótase (“se você não *tem...*”).⁴

Nos termos de Fauconnier (1997), a função dos tempos verbais é gerenciar o fluxo discursivo, marcando as distâncias entre espaços mentais ao longo de duas dimensões: a dimensão cronológica e a epistêmica. No caso dos exemplos acima, verifica-se que os tempos FUTURO e PRESENTE não estabelecem diferenças cronológicas em relação à situação relevada; a diferença básica é epistêmica.

Na linha do que propôs Fillmore (1990), deve-se levar em conta a noção de postura epistêmica, que pode ser positiva, neutra ou negativa, dependendo da maior ou menor associação mental que o falante/redator escolhe adotar em relação ao mundo representado na prótase. Nos exemplos acima, o futuro do subjuntivo sinaliza postura epistêmica neutra: o falante prefere manter neutralidade em relação aos eventos hipotéticos apresentados. Já o uso do presente do indicativo no exemplo (3) indica postura epistêmica positiva: o fato de não ter o plano de saúde é apresentado como um forte motivo para que o leitor siga o conselho dado.

É preciso destacar que o conceito de postura epistêmica não se baseia necessariamente em uma relação entre seleção modo-temporal e grau de realidade atribuído à hipótese apresentada, mas pode basear-se também na relação entre seleção modo-temporal e perspectiva adotada em relação à força da hipótese apresentada. Essa perspectiva, por sua vez, é interacionalmente motivada.

Mais especificamente, a aposta que o redator faz no exemplo (3) não é quanto ao fato de o leitor ter ou não o plano de saúde no mundo real, mas sim a aposta de que não ter o plano de saúde é um forte motivo para que ele torça para não ficar doente. O ato de aconselhar é reforçado pela adoção de uma postura epistêmica positiva em relação ao fato que justifica o conselho. O uso do presente do indicativo marca, portanto, a imposição de força em termos interacionais com vistas ao convencimento do cliente potencial.

Já nos exemplos (1) e (2), o que ocorre é que há uma despreferência pela predição de eventos negativos, como adoecer ou se acidentar. Nesses casos, portanto, a adoção de uma postura epistêmica neutra, e sua conseqüente sinalização por meio do uso do futuro do subjuntivo na prótase da condicional, é uma estratégia modalizante que atua na remoção de barreiras interacionais.

Em suma, a abordagem sócio-cognitiva postula que a modalidade se expressa lingüisticamente através de recursos gramaticais específicos, mais ou menos gramaticalizados em cada língua particular, tendo como critério conceptual definidor a imposição de força/suspensão de barreiras na processo interacional. No caso das construções condicionais, tem-se a imposição de força e/ou a suspensão de barreiras condicionalmente impostas, com regulação adicional realizada pela seleção modo-temporal.

Se você adoecer ou se acidenta, com o M.C. seu rendimento fica firme e forte.

⁴ Outra possibilidade aparente: Se você não tiver o M.C., é melhor torcer para não ficar doente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.
- DAVIDSEN-NIELSEN, N. Modal verbs in English and Danish. In: Kastovsky and Szwedek (eds), *Linguistics across historical and geographical boundaries: in honour of Jacek Fisiak*, The Hague: Mouton, de Greute, 1986.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge University Press, 1997.
- FERRARI, L.V. *Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional*. **Revista Veredas**, v.3, no. 1. UFJF, 1999, p. 115-128.
- FILLMORE, C. Epistemic stance and grammatical form in english conditional sentences. *Papers from the Twenty-sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. 1990, p. 137-162.
- GOFFMAN, E. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northcastern University Press, 1986.
- JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. London: Allen & Unwin. 1924.
- LAVANDERA, B. R. . Shifting Moods in Spanish Discourse. In Klein-Andrew (ed). *Discourse Perspectives on Syntax*. New York: Academic Press, 1983.
- LYONS, J. *Semantics*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- PALMER, F. R. *Modality and the English Modals*. London: Longman, 1979.
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- RESCHER, N. *Topics in philosophical logic*. Dordrecht: Reidel, 1968.
- SALOMÃO, M. M. M. *Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. **Revista Veredas**, v.1, no. 1, UFJF, 1997. p. 23-39.
- STEELE ET AL. *An encyclopedia of AUX: a study in cross-linguistic equivalence*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TALMY, L. *Force Dynamics*. Paper presented at the conference on Language and Mental Imagery, University of California, Berkeley, 1981.
- TALMY, L. *Force Dynamics in Language and Cognition*. **Cognitive Science** 2, pp. 49-100, 1987.